

INTERVENÇÃO EM COMUNIDADES: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA EM BLUMENAU/SC

INTERVENTION IN COMMUNITIES: CONSIDERATIONS BASED ON EXPERIENCE IN BLUMENAU/SC

Jacqueline Samagaia¹
Reidy Rolim de Moura²
Rubia dos Santos³

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão acerca da experiência de intervenção em comunidade. Evidencia a problemática de moradia urbana e a realidade social de comunidades periféricas relatando a parceria existente entre universidade e comunidade no sentido de fortalecer grupos comunitários, organizados na trajetória de lutas por seus direitos, buscando o desenvolvimento da cidadania e autonomia. As situações evidenciadas junto aos moradores locais apontam para a importância e necessidade de se discutir e refletir sobre as principais problemáticas urbanas vivenciadas nas cidades brasileiras com os próprios moradores, e como os anseios da população em estabelecer diálogo com poder público e repensar políticas públicas tornou-se mais rapidamente possível a partir da capacitação e potencialização dos sujeitos e da própria comunidade, bem como das organizações comunitárias.

Palavras-chave: comunidade, pobreza, assessoria e capacitação comunitária.

ABSTRACT

This article presents a discussion about the experience of intervention in community. It highlights the problems of urban housing and social reality of the peripheral communities reporting the partnership between universities and communities to strengthen community groups, organized in the path of struggle for their rights, seeking the development of citizenship and autonomy. The situations highlighted with the locals are pointing to the importance and need to discuss and reflect about the major urban problems experienced in Brazilian cities with their own residents, and as concerns of the population in establishing dialogue with government and review public policies has more rapidly as possible from the training and empowerment of individuals and their own community as well as community organizations.

Key words: community, poverty, advice and community empowerment.

Introdução

Este artigo tem por objetivo contribuir para o debate acerca da intervenção social em comunidades, numa perspectiva de fortalecimento de grupos organizados e moradores, como

1 Assistente Social, Doutora em Geografia (UFSC), Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Fundação Universidade Regional de Blumenau/SC. E-mail: jacquegaia@gmail.com

2 Assistente Social, Doutora em Sociologia Política (UFSC), Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR. E-mail: reidymoura@gmail.com

3 Assistente Social, Doutoranda em Sociologia Política (UFSC), Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Fundação Universidade Regional de Blumenau/SC. E-mail: rubiasantos@furb.br

forma de enfrentamento das diversas problemáticas vivenciadas nas cidades. Para isso, apresenta-se a experiência de um programa de Extensão Universitária desenvolvido na cidade de Blumenau/SC, cuja equipe de trabalho é formada por profissionais e alunos da Fundação Universidade Regional de Blumenau/FURB, das áreas de serviço social, sociologia, direito, psicologia, e comunicação social.

A gênese de uma proposta em intervir nas comunidades ditas “periféricas”, data desde o ano de 1998, quando professores da área de humanas desenvolveram o primeiro projeto de extensão, junto com a antiga Secretaria Municipal de Assistência Social de Blumenau (SEMAS), voltado à assessoria e capacitação dos grupos organizados de Blumenau. A proposta era o fortalecimento destes movimentos, para o enfrentamento de suas mais diferentes problemáticas que foram historicamente constituindo-se.

Conhecida por seu desempenho na área têxtil, Blumenau se desenvolveu como um pólo-industrial e cultural na região denominada Vale do Itajaí, nordeste do estado de Santa Catarina. Mesmo a cidade tendo se constituído no rol das mais bem sucedidas em termos de desenvolvimento econômico, as diferenças internas foram também sua marca. Nos anos 90, o processo de desindustrialização, decorrente da reestruturação produtiva (característica do fenômeno da globalização), resultou no desemprego em massa, precarização nas relações trabalhistas e conseqüentemente, aprofundamento das desigualdades sociais e empobrecimento da população local.

Os efeitos deste processo são facilmente observáveis no aumento da ocupação das periferias pobres da cidade. Sobre estes moradores recaem os mais graves problemas urbanos. Diante de um Estado cada vez mais fragilizado quanto à sua função social, os moradores destas periferias precisam reforçar suas formas de organização coletiva e capacidade de mobilização, para que possam resistir a tais processos. É nesse sentido que a intervenção que se destaca parte-se do pressuposto de que a universidade tem um papel importante no que se refere ao enfrentamento de problemáticas vividas pela sociedade local, especialmente instrumentalizando grupos organizados de moradores, ao mesmo tempo em que pode vir a possibilitar construir um corpo de conhecimentos aprofundados sobre estas realidades.

As cidades atuais se constroem entre espaços de pobreza e de riqueza

A desigualdade, uma das marcas do desenvolvimento capitalista, foi se acirrando nas últimas décadas, no contexto das mudanças estruturais ocorridas. Desigualdade supõe, sobretudo, acesso diferenciado aos resultados do desenvolvimento e ao bem estar proporcionado por este, seja em relação aos bens tecnológicos, à infraestrutura, aos bens culturais, a uma alimentação equilibrada e um meio ambiente saudável. O acesso restrito de grande parte da população a estes

e outros tipos de bens e serviços, aliado a fragilidade do sistema de proteção social brasileiro, acirra a situação de pobreza. Portanto, para a análise deste processo, torna-se mister o conceito de classes sociais, levando-se em conta que, embora se apresentem sob novas configurações, o distanciamento entre as classes mais ricas e as mais pobres é cada vez maior.

A sociedade brasileira é extremamente desigual, a ponto de merecer um dos primeiros lugares no mundo em termos de desigualdade social. As cidades brasileiras são marcadas espacialmente por essa desigualdade, coexistindo situações de extrema pobreza com ilhas de riqueza inimagináveis nos países em que a situação social de seus habitantes conseguiu ser mais igualitária em função de uma melhor distribuição de sua riqueza. Esta imagem aparece no cenário do desenvolvimento urbano das cidades brasileiras definindo-lhe o espaço.

A dimensão da pobreza pode ser explicada pelo modelo de desenvolvimento econômico que se formou na sociedade brasileira. Porém, sua dimensão espacial possibilita uma melhor concretude na análise, tornando o espaço um elemento indispensável para seu entendimento. Conforme Santos (2002, p.112), “é o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado”. Uma análise a partir do espaço nos leva então a considerar, tanto a formação territorial como os modos de produção e as relações que se deram em tal contexto, embora não se possa analisar configurações territoriais e relações sociais separadamente, pois fazem parte do mesmo processo.

No caso do Brasil, suas particularidades indicam, além de um histórico de colonialismo e espoliação de suas riquezas pelos países centrais⁴, relações internas bastante complicadas, reprodutoras de uma ordem colonialista e patrimonialista, concentradora de riquezas e de poder político. A modernização da sociedade brasileira se deu na esteira deste modelo, expressando nas relações sociais e, portanto, na própria constituição do espaço, estas divisões.

Sposati (1988, p. 21) destaca que, “ao invés de natural, a pobreza é gerada pela opção de desenvolvimento econômico social adotado”. Esta opção por um tipo de desenvolvimento econômico que produz e reproduz desigualdades, fez, por exemplo, com que as diferentes classes sociais que compõem a sociedade brasileira tivessem que disputar as áreas existentes na cidade. Uma disputa bastante desigual em função da relação de forças extremamente desiguais em que se dá.

Ocorre assim, que os processos de segregação espacial na sociedade brasileira, tendem a ser altamente concentradores, sendo que a ênfase na literatura nacional sempre se deu mais sobre as formas desiguais de distribuição de renda e de serviços públicos do que na separação espacial dos diferentes grupos sociais. No entanto, estes dois elementos estão obviamente associados, se imbricam nos processos que produzem o espaço urbano (BITAR, FERREIRA et al,

⁴ Utiliza-se a designação, centro-periferia para localização econômica, em relação aos centros de retenção capitalista e as periferias pobres.

2003, p.100).

Dois aspectos envolvem o ato de segregação em nossas sociedades. Um deles teria o sentido de constituir comunidades entre pessoas que tem interesses e estilos de vida em comum e outro que se traduz em uma forma de “excluir os considerados indesejáveis, ou por serem diferentes, ou porque sua presença pode interferir no valor da propriedade e, portanto, no patrimônio das famílias”. Embora se considere a primeira forma como “segregação positiva”, na sociedade atual, o que prevalece é o segundo aspecto (SABATINI, 2001, p.173).

As áreas onde vão residir as famílias empobrecidas são geralmente alijadas de todas as benfeitorias urbanas do tipo: equipamentos de lazer, calçamento, rede de luz e de água, equipamentos de saúde e educação de qualidade, saneamento básico. Estes equipamentos, quando existem, geralmente são precários.

Os moradores destas áreas convivem com todas as dificuldades possíveis: risco de desmoronamento, de contaminação, acessos precários às suas moradias, etc. Quando estabelecidos em áreas de tráfico de drogas, ou próximo a elas, geralmente são ainda alvo de violência policial. E, sobretudo, são alvo de atitudes populistas por parte de políticos, os quais utilizam-se de sua posição junto ao Estado para se colocarem como possíveis solucionadores da complexidade de demandas destes moradores.

O Estado atua ainda de forma muito frágil nessas áreas, intervindo com projetos de regularização fundiária⁵ quando se encontram em situação “ilegal”; e de revitalização urbana, propiciando a construção de moradias populares, procurando remover⁶ para outras áreas as pessoas que se encontram em áreas de riscos.

No que se refere às ocupações “ilegais” de áreas urbanas para moradias, é importante reconhecer que no Brasil, esta questão tem acompanhado o desenvolvimento das cidades desde o período industrial, sendo que os baixos salários não possibilitavam aos trabalhadores acesso à moradia. Tais ocupações, embora sejam consideradas ilegais do ponto de vista da falta de registro oficial dos imóveis, são reconhecidamente uma das respostas das classes empobrecidas para a falta de uma política habitacional que atenda esta demanda. A Política Habitacional no país ocorreu de forma efetiva somente no período ditatorial através do BNH, beneficiando apenas alguns estratos das classes médias.

Nos últimos anos, a criação do Ministério das Cidades, pelo Governo Federal, busca em alguma medida dar respostas à situação dramática que se constituiu nessa área, mas ainda não se vê delineada uma política habitacional consistente, que a coloque concretamente como

⁵ Recentemente, frente à política do governo federal de propiciar recursos para atender tais propostas, os governos municipais tem se manifestado de forma mais contundente sobre esta questão.

⁶ A ideia geralmente é bem essa, a de “remover” as pessoas, como se fossem coisas, para áreas escolhidas pelo poder público.

direito do cidadão, conforme previsto na Carta Constitucional.

As distâncias entre os moradores das diferentes classes sociais, vão reforçando as distâncias sociais de toda ordem: econômicas, étnicas, de idade, de gênero. Assim, pode-se facilmente observar que nas áreas empobrecidas, os negros são maioria, os jovens encontram-se em situação fragilizada e são constantemente alvos de processos de criminalização, e os idosos passam por sérias dificuldades em função da situação em que vivem, sendo muitas vezes, mantenedores da família através de suas pequenas aposentadorias.

A construção de instrumentos legais de defesa de direitos como o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Leis de Proteção das Mulheres, dos Consumidores, o Estatuto das Cidades, entre outros, possibilitam certamente a abertura de novos espaços de lutas por direitos sociais, civis e econômicos. No entanto, não garantem respostas efetivas, posto que o Estado (que em suma, deveria implantar as políticas necessárias para atender tais direitos) no Brasil, obedece a uma lógica neoliberal, cujo papel é o de proteger mais a economia do que a sociedade, destinando a esta última, a função de prestar serviços sociais a população. O Estado mínimo conta também com as organizações privadas para desresponsabilizar-se, tornando assim as políticas sociais cada vez mais focalizadas, seletivas e paliativas com viés assistencialista (diferente da perspectiva de direitos sociais universais garantidos constitucionalmente).

Nestes termos, a pobreza parece enraizada na sociedade brasileira, adquirindo certa “naturalidade”, o que a torna difícil objeto de análise e de enfrentamento. No entanto, Telles aponta para o fato de que a pobreza não se traduz simplesmente em uma herança histórica que se tenha constituído sem que haja condições de enfrentá-la. Na verdade, ela se constitui numa expressão da questão social brasileira, que nunca recebeu, por parte dos políticos vinculados ao Estado e das elites econômicas, a necessária importância. Embora as vozes populares reclamem formas de inserção social e direitos de cidadania, são atendidas geralmente com programas ou políticas sociais frágeis, com poucos investimentos e com viés populista, na forma de favor, bem-estar, e não como direito. Conforme Telles, “é, portanto, no horizonte de uma sociedade que se fez moderna e promete a modernidade, que a pobreza inquieta. Nas suas múltiplas evidências, evoca o enigma de uma sociedade que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros mais igualitários de ação” (2001, p.15).

Blumenau: uma cidade, sobretudo, brasileira

Ao se tratar de Brasil, Blumenau pode ser considerada uma cidade médio porte, isto é, foge um pouco à realidade das grandes metrópoles, com milhões de habitantes. A média da população é de 300.000 habitantes.

Trata-se de uma cidade que se constituiu a partir de um núcleo de colonização europeia

no sul do país (iniciado por volta de 1850⁷), liderado inicialmente pelos alemães, seguidos dos italianos e poloneses. Grande parte desses imigrantes provinha de regiões já industrializadas da Europa, o que possibilitou a rápida utilização de equipamentos e de novas máquinas na exploração econômica local.

No processo de industrialização, Blumenau ficou conhecida nacionalmente por seu desempenho na área têxtil, abrigando, durante muito tempo, um aporte industrial bastante expressivo, o que garantiu à cidade uma grande projeção no cenário nacional. A partir dos anos 1990, as mudanças ocorridas em função dos avanços tecnológicos, da globalização da economia e das relações de trabalho que resultaram destes processos, atingiram também a realidade local, havendo um deslocamento da produção do setor industrial para o comércio e serviços.

Pode-se imaginar o impacto em cidades como Blumenau, cuja produção têxtil foi a mola impulsionadora do processo de industrialização local. O desmonte da indústria têxtil refez não só as relações de trabalho; a própria vida da cidade se refez sob outras relações.

O que se iniciou a partir dos anos 1990, em forma de crise associada ao processo de globalização da economia capitalista mundial, não tem precedente. O impacto dessas mudanças estruturais incidiu sobre vários aspectos da realidade local. Seguindo a lógica das economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, para enfrentar a competitividade internacional, o empresariado local buscou uma melhor qualidade e o barateamento dos produtos. A diminuição dos custos da produção foi feita então através do investimento em tecnologia, terceirização de alguns serviços e redução da mão-de-obra assalariada.

Os aparatos tecnológicos assumem um lugar cada vez mais importante na produção, e a implantação de um modelo flexível desloca a centralidade da grande indústria para inúmeras facções, que passam a produzir para a grande empresa, eximindo-a dos gastos com contratos de trabalhos. Os trabalhadores passam então a vivenciar o desemprego, o trabalho temporário, sem vínculo, enfim, a precariedade nas relações de trabalho.

As novas exigências e também o rebaixamento dos salários submetem os trabalhadores a uma situação cada vez mais fragilizada. Em 1992, por exemplo, a indústria têxtil pagava em média 6,5 salários mínimos para os funcionários, sendo exigido seis anos de estudos. Em 2001, a média de remuneração caiu para 3,2 salários mínimos e o tempo de estudos exigido aumentou para 7,5 anos (Diagnóstico Sócio Econômico de Blumenau, 2006).

Essas transformações ocorridas também conferiram à cidade outras feições. O que se evidencia, é o aprofundamento das situações de pobreza, expressa nas ocupações de moradia em áreas irregulares, de preservação permanente, ou prédios abandonados, nas filas dos serviços de

7 Ano em que aportaram os primeiros imigrantes agenciados por Hermann Otto Blumenau (o fundador da colônia) para iniciar o processo de colonização.

assistência social e saúde, serviços esses “oferecidos” precariamente pelo Estado e no aumento das formas de violência de toda ordem (acidentes de trânsito, conflitos e mortes em função da ampliação do tráfico de drogas, violência intrafamiliar, sofrimento psíquico, suicídios, etc.).

O aumento da pobreza local não se deve ao fato da cidade ter empobrecido⁸, a concentração de renda é que se acirrou como reflexo do momento atual. No período de 1990 a 2001, Blumenau, como maior cidade do Vale do Itajaí, dobrou a geração de riqueza, mas a distância entre ricos e pobres aumentou. Os 20% mais pobres, em 1991, continham 5% da renda gerada na cidade, caindo este índice para 4,5% em 2000. Já os 10% mais ricos, que detinham 35% da renda, em 2000 avançaram para 39%⁹. Convém acrescentar que a razão, ou seja, (o número de vezes que a renda é maior) entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres era de 10,98 em 1990, e aumentou para 12,95 em 2000 (Diagnóstico Sócio Econômico de Blumenau, 2006).

Nos anos em que se refletiram com maior ênfase os processos de globalização em nível local, registrou-se o empobrecimento considerável de parte da população local, podendo-se pressupor que as chamadas “ocupações ilegais”, passaram concretamente a fazer parte da paisagem da cidade em período recente, muito embora não sejam percebidas por turistas ou moradores mais desatentos, que acreditam que estes lugares não existam, ou melhor, que não existem pobres na cidade.

Em relação aos fatores físico-territoriais, pode-se então perceber que Blumenau possui características que agravam o processo de ocupação da cidade. Conforme Siebert:

“[...] se, em qualquer cidade, uma série de fatores se conjugam para induzir a geração de um espaço urbano ilegal, em Blumenau, as condições do sítio físico contribuem para agravar o problema. Sujeitas a enchentes nas áreas planas localizadas nos fundos de vale, e extremamente acidentada e com geologia frágil nas demais áreas, Blumenau oferece poucas opções para uma ocupação dentro dos parâmetros legais.” (2000, p. 300)

A grande mobilidade entre áreas e o adensamento de alguns locais menos valorizados, ocorre a partir da década de 90. As mudanças que se deram no terreno da produção local afetaram drasticamente a vida dos trabalhadores, causando o que se poderia chamar de “uma aceleração da mobilidade do trabalho”, ou seja, um aumento de deslocamentos, por motivo de mudança de trabalho ou de residência. Dessa forma, “[...] a instabilidade empregatícia e a diminuição de renda anual, pela alternância entre emprego e desemprego, favorecem o movimento interno para zonas de menor valorização do solo.” (PIMENTA, 2003, p.74).

Este cenário está presente na maior parte das comunidades das periferias empobreci-

⁸ Com R\$ 3,5 bilhões, Blumenau é a cidade catarinense com o maior volume de aplicação de dinheiro privado e de operações de crédito. Tem também o mais alto índice per capita de movimentação financeira (IBGE, 2005)

⁹ Os dados foram produzidos pelo Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (NPDR-FURB).

das da cidade. Recentemente, a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, mapeou 47 áreas com esta configuração (loteamentos irregulares, áreas de ocupação ilegal e áreas de risco). Tal situação incide sobre a organização dos moradores, que passam a demandar questões de infra-estrutura urbana, como uma de suas principais lutas.

É com esta dinâmica e realidade, que o Programa de Assessoria e Capacitação Comunitária da Universidade Regional de Blumenau vem desenvolvendo suas ações que serão apresentadas a seguir.

O processo de intervenção junto às comunidades de Blumenau

O programa de Assessoria e Capacitação às Organizações Comunitárias se concretiza como um trabalho de extensão da Universidade de Blumenau. Esta proposta parte do pressuposto de que uma das formas de enfrentamento das problemáticas que permeiam as comunidades periféricas da cidade é o fortalecimento da organização comunitária. Neste sentido, tem como objetivo central assessorar e capacitar as organizações comunitárias no enfrentamento das problemáticas vivenciadas, contribuindo com a construção e o fortalecimento da autonomia e da cidadania destes grupos, ao mesmo tempo em que visa possibilitar a elaboração de novos conhecimentos acerca da realidade local e regional. E ainda como objetivos específicos, exercitar a interdisciplinaridade entre as diferentes áreas envolvidas no trabalho, construir novos conhecimentos através do diálogo com a população, identificar as problemáticas, e construir, junto com os moradores, condições de enfrentamento das mesmas.

Viabilizado por uma equipe interdisciplinar, o programa desenvolve seu plano de intervenção, partindo de diferentes perspectivas e olhares. A possibilidade de agregar diversas áreas do conhecimento (serviço social, psicologia, direito, sociologia e comunicação social), permite ao mesmo concretizar-se.

O programa subdivide-se em quatro subprojetos e respectivos objetivos:

- 1) Capacitação e Assessoria às Organizações Comunitárias (Serviço Social): capacitar os membros de grupos organizados nas comunidades, para melhor conduzirem os trabalhos, compreenderem a realidade local e assessorarem continuamente as comunidades na sua organização para o enfrentamento das problemáticas vivenciadas;
- 2) Verter: Inclusão social através da fotografia (Sociologia, Serviço Social e Comunicação social): possibilitar aos adolescentes e jovens moradores das comunidades, desenvolver formas de inserção social cidadã, através da utilização da fotografia e;
- 3) Direito nas associações e organizações comunitárias (Direito): Capacitar e assessorar

rar juridicamente associações e organizações comunitárias sobre a importância da luta pelos direitos fundamentais;

- 4) Assessoria e Apoio para a Radio Comunitária “Adenilson Telles” (Sociologia e Comunicação Social): Assessorar e apoiar institucionalmente a Rádio Comunitária, contribuindo para sua consolidação enquanto instrumento popular de comunicação, difusão e mobilização comunitária.

Para a operacionalização destes projetos, o trabalho inicia-se na escolha das comunidades que serão alvo das ações¹⁰. Esta escolha é realizada levando-se em conta as demandas por assessoria que chegam à universidade pelos membros das associações comunitárias e ainda, mediante solicitações da UNIBLAM (União Blumenauense das Associações de Moradores) e do Fórum dos Movimentos Sociais de Blumenau, instâncias que reúnem representantes das organizações sociais locais e que atuam diretamente com as comunidades organizadas, indicando à equipe do programa quais seriam as situações mais emergenciais a serem priorizadas.

Cabe salientar que todas as comunidades que solicitam a intervenção, serão atendidas em algum momento, mesmo que não seja de imediato. Isto porque o programa organiza o planejamento anual das ações para poder contemplar tais solicitações.

Após serem elencadas as comunidades a serem atendidas, realiza-se um levantamento e análise das formas de organização destas, tanto em relação aos grupos existentes, como aos grupos desfeitos. No que se refere a estes últimos, se buscará compreender as causas prováveis e as dificuldades encontradas, para engendrar formas de enfrentamento destas questões, com vistas à rearticulação destes.

Após o contato com as lideranças locais, parte-se para o levantamento de dados históricos e estatísticos sobre a realidade urbana local destas comunidades. Estes dados devem dizer sobre: condições de vida, moradia, procedência, nível socioeconômico, e outras informações pertinentes à situação dos moradores e da área que ocupam. As fontes de pesquisa são IBGE, a própria universidade e as diversas instâncias da administração pública local. Quando não existem (como no caso de comunidades recentes), são levantadas através de pesquisa de campo elaboradas pela equipe do Programa. Após este estudo da realidade local é que se faz o plano de intervenção que pode sugerir a execução de um ou mais projetos no local.

Uma destas comunidades atendidas pelo Programa denomina-se Vila Vitória¹¹. A mesma surgiu, ou melhor, se percebeu como grupo que compartilha as mesmas problemáticas a

¹⁰ Os critérios de elegibilidade se dão a partir das diferentes demandas das comunidades (solicitações) enviadas a Universidade, elencando-se primeiramente as situações de vulnerabilidade destas (dando preferência as comunidades que possuem questões mais emergenciais a serem enfrentadas).

¹¹ O relato da intervenção realizada junto a esta comunidade deve-se ao fato de que esta passou por um processo de luta por suas moradias tratando-se de um local de ocupação irregular. A conquista do direito a moradia é o fator determinante desta escolha.

partir de sua localização territorial, no momento em que receberam ordem judicial de despejo da área que ocupavam.

Formada há mais de 20 anos, esta comunidade se constituiu a partir da ocupação de uma pequena propriedade que havia sido abandonada pelos proprietários (que residiam em outra cidade do estado de Santa Catarina). As famílias ocupantes eram trabalhadores de baixa renda que se encontravam sem local para morar. Desde a chegada das primeiras famílias, as demais foram ocupando outros espaços do local, como a garagem, galpão e construindo outras casas. Atualmente são trinta famílias residindo no local e após este período, o herdeiro das terras entrou na justiça solicitando reintegração de posse. A justiça determinou o despejo dos moradores e estes, a partir de então, estabeleceram uma intensa mobilização, para que tivessem o direito de permanecerem no local.

Junto com o Fórum de Movimentos Sociais e a equipe deste programa, foi dada assessoria necessária para que os moradores se organizassem e enfrentassem a situação. Esta assessoria deu-se mediante o desenvolvimento dos projetos supracitados, de visitas à comunidade com intuito de realizar reuniões conjuntas e debater assuntos relativos à ocupação, acompanhamento de estagiários as atividades desenvolvidas pela comunidade, entre outras.

Foi a partir de ações interventivas tendo a frente os alunos, estagiários e bolsistas que se pôde elencar uma série de impactos positivos tanto para a equipe universitária envolvida, como para a comunidade.

Para a equipe que vem atuando com este projeto, destaca-se a oportunidades de dos alunos, estagiários e bolsistas tomarem contato e vivenciarem a experiência de um projeto de intervenção que os coloca em contato com a realidade e ao mesmo tempo acaba por suscitar a discussão sobre os próprios conceitos que perpassam a atuação, tais como: comunidade, sociedade civil, mobilização social, cidadania entre outros. Foram muitas as discussões, por exemplo, em torno do próprio sentido de “comunidade”, sendo que surgiam questionamentos que faziam com a própria equipe se perguntasse em vários momentos: afinal, o que é mesmo comunidade? O que faz um individuo pertencer há uma ou outra comunidade? De fato, não há pretensão oferecer respostas a estes questionamentos, mas enfatizar a importância de refletir sobre tal, afinal, há uma diversidade de significados atribuídos ao termo “comunidade” e é preciso refletir as múltiplas significações e comentar as diversas interpretações que são dadas, especialmente hoje, quando muitos profissionais dizem estar trabalhando “nas” e “com” as comunidades (SAWAIA, 1999).

Cabe destacar que em termos empíricos, a comunidade passou a ser referencial de análise, que permite olhar a sociedade do ponto de vista do vivido. Passou a ser possível pesquisar utilizando-se procedimentos como: observação participante, estudo de casos, entre outros

métodos científicos. De uma maneira geral, comunidade pode ser entendida e representada nas mais variadas formas: - como sinônimo impreciso de sociedade; - como categoria de pessoas (comunidades religiosas); - como referência política mais ampla (uniões econômicas); - como sinônimo e adjetivo do social (comunitária, associação); como uma área delimitada geograficamente de moradia, identificada pelas pessoas que nela vivem.

Dentre os significados acima, cabe destacar que a última geralmente é mais levada em consideração quando se pensa em elaboração e execução de políticas públicas no Brasil. Souza (1990, p. 66), ao discorrer sobre o desenvolvimento de comunidade no Brasil e o significado do termo comunidade, já apontava que “o local de moradia, mesmo nos limites arbitrários que possui, significa uma primeira aproximação para que o contexto cotidiano entre grupos e subgrupos de uma mesma classe social seja identificado”. A autora chama atenção para o fato de que é preciso levar em consideração que “a substância da comunidade não está no aspecto físico da área de moradia, mas no conjunto de relações e inter-relações, de poderes e contrapoderes que se estruturam, tomando como referência a infra-estrutura física e social da área”.

Concorda-se com Souza (1990, p. 66) que a comunidade é uma forma particular de expressão da própria sociedade e que compreendê-la requer o entendimento, tanto de seu sentido global, como de sua particularidade própria – entendidas como os interesses e preocupações comuns dos grupos e subgrupos que convivem numa mesma área.

Contudo, Sawaia (1999, p. 50) ressalta que de fato não se pode apresentar comunidade como um conceito plenamente elaborado e fechado, retirando-lhe o caráter sócio-político e utópico que a caracteriza. Segundo ela, “comunidade, mais do que uma categoria científico-analítica, é categoria orientadora da ação e da reflexão e seu conteúdo é extremamente sensível ao contexto social em que se insere, pois está associado ao debate milenar sobre exclusão social e ética do bem viver”.

Por outro lado, no que tange aos impactos positivos para os moradores onde o projeto vem sendo desenvolvido, destaca-se que os moradores tiveram condições de fazer frente a situações de exclusão social, como por exemplo, no momento em que tiveram que disputar pelo espaço urbano e a falta de uma política habitacional. Exemplo disso é que a partir da organização dos moradores e da assessoria prestada pelo programa, formou-se a Associação de Moradores da Vila Vitória – AMOVIVI, que vem desempenhando um importante papel de representatividade das famílias junto ao poder público local. Assim, as negociações vêm se constituindo de forma mais democrática e participativa.

Logo após a formação da AMOVIVI, o programa desenvolveu atividades de assessoria e capacitação aos membros do grupo organizado. O trabalho se desenvolveu através de intervenções no grupo, refletindo sobre as questões de interesse da comunidade. Muitas demandas

foram trazidas através das reuniões da Associação de Moradores. Oportunamente também se prestou assessoria a esta organização comunitária, contribuindo na organização das reuniões, na elaboração de pautas e convites, na mobilização da comunidade para participar do processo de organização e no esclarecimento das questões levantadas pelos moradores.

Alguns temas de discussão foram levados como proposta, tais como: relações interpessoais, valores e posturas éticas, identidade territorial e formas de inserção social na Cidade importância da participação e do trabalho coletivo, a Política e sua importância na vida das comunidades, direito à Cidade, regularização fundiária e o Estatuto da Cidade. Tais temáticas geralmente são abordadas dentro de uma dimensão local e nacional, respeitando-se as particularidades de cada lugar.

Durante o desenvolvimento do curso, o número de participantes foi elevado, contando com a média de vinte a trinta participantes por encontro. Levando-se em consideração o tamanho do lugar e a quantidade de moradores, pode-se dizer que aproximadamente 80% das famílias participaram.

A estratégia metodológica utilizada para envolver os participantes, tornar os encontros mais prazerosos, e também estimular o contato entre as pessoas e o trabalho em equipe, foram as dinâmicas de grupo e vivências. Os encontros foram organizados de forma sistemática, abordando-se os temas através de materiais e dinâmicas apropriadas para o grupo, observando-se o número de membros, perfil, etc. Neste caso, as ações garantiram uma melhor continuidade, por tratar-se de comunidade pequena e os membros de grupo se repetir nas reuniões. O fortalecimento dos vínculos entre a equipe do Programa e os membros da comunidade também é um elemento bem importante para desenvolver-se um melhor trabalho e garantir resultados.

Após o término do programa de capacitação, os moradores puderam desenvolver ações de forma autônoma dando continuidade as reuniões e ações com vistas à melhoria da comunidade, sem a intervenção da Universidade, sendo esta a finalidade maior: exercício da cidadania e ampliação da autonomia dos grupos organizados. Isso se concretiza no momento em que, fruto de muita luta, mobilização social e intenso debate com os gestores municipais, a comunidade vence na justiça e passa a ter o direito a moradia no local que encontravam-se há tantos anos. A prefeitura municipal transformou a área em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)¹² e está tratando da indenização do proprietário da terra ocupada. Encontra-se em andamento um projeto habitacional para o local e o registro das terras no nome das famílias, assim como a colocação de infra-estrutura e acesso à alguns serviços públicos (luz, água e saneamento básico).

¹² O Estatuto da Cidade é uma lei federal (Lei Federal no 10.257/2001) que diz como deve ser feita a política urbana em todo o país. Seu objetivo é garantir o Direito à Cidade para todos e, para isso, traz algumas regras para se organizar o território do município. É ele que detalha e desenvolve os artigos 182 e 183 do capítulo de política urbana da Constituição Federal. Em seu Art. 17 estabelece as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - como "áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária". (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001)

A universidade acompanhou todo este processo assessorando o movimento que se originou de uma problemática urbana e buscou fornecer subsídios para que a comunidade pudesse buscar seus direitos.

De um modo geral, as ações desenvolvidas nas comunidades pelo Programa, buscam articulação com outras formas de organização social existentes na cidade e também com outras áreas de estudo e intervenção realizadas nas comunidades e com setores das políticas públicas locais como Programas de Saúde da Família, Secretaria de Habitação, escolas, movimentos sociais, etc.

No caso da Vila Vitória, para que estas conquistas fossem possíveis, uma ação importante foi a participação dos membros da equipe de trabalho no Fórum de Movimentos Sociais. O Fórum é composto por movimentos sociais e sindicatos da cidade e atua sobre questões que dizem respeito às mais diferentes demandas vividas pelos trabalhadores locais. Nos últimos anos, a preocupação com a situação urbana, especificamente ao direito à moradia e às ocupações “irregulares” na cidade, tornou-se umas das pautas mais importantes deste Fórum, cujos membros juntaram-se aos moradores destas localidades na perspectiva de fortalecer a capacidade de enfrentamento desta situação. Membros da equipe do Programa participaram desta articulação, subsidiando o debate com informações produzidas sobre estas localidades. Estas informações são fruto de estudos, projetos de pesquisas e levantamentos realizados em Blumenau que subsidiam a prática profissional.

Tomando a questão habitacional ou de ocupação urbana como um dos centros da atenção, a busca por assessoria junto ao NEUR (Núcleo de Estudos Urbanos da FURB) foi então uma necessidade. Junto a este Núcleo, buscou-se trocar informações com relação à questão urbana e a situação da cidade neste contexto. Esta troca possibilitou qualificar melhor a assessoria. Em alguns momentos, os próprios representantes do NEUR compareceram na comunidade ou receberam os moradores para prestar esclarecimentos. Desta parceria, também nasceram outras propostas que foram incorporadas ao trabalho.

Resultou desta parceria um projeto de intervenção, o qual foi submetido ao Ministério das Cidades (aprovado na Chamada Pública SNPU nº 01 /2007). O objetivo do mesmo é a realização de um Plano de Urbanização e Regularização Fundiária nas localidades denominadas de Morro do Artur, Morro do Jerônimo e Morro do Wigand Wild, na cidade de Blumenau. Esta área, que compõe o quadro de pobreza existente (faz parte das 47 áreas mapeadas pela administração municipal), está situada na parte sul da cidade, e foi constituída como uma ZEIS designada pelo Plano Diretor da cidade. Entende-se que a posse legítima da terra pelos moradores, contribui com o fortalecimento da cidadania, no sentido de garantir-lhes efetivamente o direito a um endereço.

Para efetivação desta proposta, constituiu-se um Conselho Gestor na área, formado pelos moradores, cuja função principal é acompanhar e fiscalizar todo o andamento do projeto. O Conselho Gestor representa, sobretudo, uma forma de controle social sobre verbas públicas e também a possibilidade dos moradores compreenderem os instrumentos de acesso à terra urbanizada. Acredita-se que este tipo de conhecimento instrumentaliza os moradores a reivindicarem políticas urbanas mais ousadas, que atendam suas necessidades.

No trabalho de acompanhamento das comunidades locais, percebeu-se que muitas vezes os projetos políticos se tornam projetos individuais das lideranças. Observando que estas questões refletem de forma muito negativa na organização das comunidades, dispersando forças e colocando em descrédito este tipo de organização, buscou-se, através das ações do Programa, capacitar as associações para que pudessem conduzir de forma mais democrática e participativa suas ações. Buscou-se também, sensibilizar a comunidade para que percebesse a importância da mobilização social. A partir destas ações, considera-se que o trabalho vem obtendo êxito por cumprir com sua meta que é contribuir com as organizações sócio comunitárias no enfrentamento das problemáticas vivenciadas, imbuindo-as de conhecimento necessário para alcançar seus objetivos.

Por fim cabe enfatizar que mesmo diante das garantias constitucionais de 1988, as mobilizações sociais e o protagonismo da sociedade civil como um todo, não foram suficientes para eliminar as desigualdades e a injustiça social no país. A mobilização social, entendida como envolvimento das pessoas na busca por melhores condições de vida e efetivação de direitos, continuam sendo necessárias mais do que nunca nos dias de hoje, na busca pela cidadania.

Ressalta-se aqui a dimensão de uma cidadania coletiva, a qual, conforme Gonh, se desloca de um conceito mais tradicional (onde o indivíduo é o centro com seus direitos civis e políticos), rumo a “uma cidadania de grupos coletivos que vivem situações similares, do ponto de vista da forma como são excluídos ou incluídos numa dada realidade social” (2005, p. 26). Esta realidade pode ser a mesma situação econômica, desemprego, exclusão social, ou questões de raça, etnia, sexo, religião, entre outras. A cidadania coletiva tem como característica unir “coletivos sociais da sociedade civil” e pressionar a “regulamentação, implementação e vigilância da aplicabilidade de direitos de inúmeras ordens”; têm ainda a perspectiva de chocar-se com a lógica capitalista no momento em que questiona o direito à propriedade, por exemplo. Porém, o que definirá a cidadania são as redes de relações, práticas conjuntas e as relações com o Estado, considerando que a esfera pública estatal é onde se asseguram os direitos (2005, p. 30).

Nesta perspectiva a mobilização social deve ser impulsionada a pensar na participação como potencializadora de sentido e significado a um grupo ou movimento social, gerando possibilidades de criticidade, novos valores e direções da cultura política que se afastem de tradi-

cionais formas de agir clientelistas, conservadoras, autoritárias, etc. Neste processo, projetos desencadeados a partir da universidade, tendo vista aproximar-se de diversas realidades locais existentes no Brasil que vivemos, torna-se fundamental.

Considerações Finais

Com o intuito de despertar nas pessoas atendidas um olhar crítico, reflexivo e reivindicatório, fortalecendo-as individualmente e coletivamente, programas de extensão como o que discorreu-se acima podem vir a contribuir para o empoderamento dos grupos coletivos permitindo-lhes avançar nas lutas necessárias. Empoderamento aqui entendido, como todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos, unidades familiares, ou grupos sociais, aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania (FRIEDMANN, 1996, p.viii).

Partindo desta premissa, este trabalho propôs-se, desde o princípio, a dividir saberes com as comunidades, contribuindo, desta forma, com o conhecimento aprofundado da realidade local. Nesta relação, ambos (comunidade e universidade) tem ganhos efetivos. A comunidade ganhou no sentido de obter informações que fortalecera sua lutas, desde a forma de se organizar uma reunião, como aquisição de princípios democráticos na divisão de tarefas e na partilha de informações dentro das organizações, como também pela possibilidade dos participantes comunitários conhecerem melhor a dinâmica das políticas públicas, usufruindo de direitos constituídos e, em alguns momentos, discutindo e interferindo na forma de operacionalização das políticas. Puderam-se observar estes ganhos na expressão de maior capacidade dos moradores destas áreas em exigir atendimentos mais qualitativos nas áreas de educação, saúde e habitação, em suas comunidades. Ou seja, a comunidade teve avanços em relação a sua forma de organização, ao modo como defender seus interesses e lutar por questões coletivas. O resultado deste processo foi a garantia do direito à moradia, ao solo, e conseqüentemente, a criação de um canal de diálogo com o poder público local, até então inexistente, mediante a criação de uma Associação de Moradores que passou a ser interlocutora entre estas duas instâncias.

Para a Universidade, esta proposta é de grande importância no sentido de possibilitar a troca de saberes, a reflexão sobre conceitos, a aproximação concreta da realidade local, aprofundando o conhecimento das situações vivenciadas pelos moradores das periferias, conhecendo as dinâmicas presentes em cada contexto, construindo assim novos conhecimentos a serem socializados potencializando a reflexão teórico-prática. Enfim, esta proposta de trabalho, como explicitado na introdução deste ensaio, possibilita a universidade exercer seu papel social, ao mesmo tempo em que contribui efetivamente na formação profissional e cidadã de alunos e professores.

Cabe destacar ainda que a experiência de trabalho junto à organização comunitária pos-

sibilitou também perceber a tensão existente entre o poder público local e as Associações, principalmente quando estas organizações atuam no sentido de pressionar a administração local para atender suas demandas. Acredita-se, no entanto, que viver em uma sociedade democrática permite que estas dissonâncias promovam reflexões acerca de valores já instituídos e solidificados, refazendo as relações entre Estado e Sociedade. Neste sentido, evidencia-se que a assessoria a estas organizações comunitárias é imprescindível e vem contribuindo para o processo de construção de um projeto societário pautado na democracia, justiça social, cidadania e equidade, que pode ser possibilitadora da construção de nova cultura política.

Acredita-se então na grande contribuição dos movimentos sociais para a formação de uma nova cultura política no Brasil, no sentido em que estes começam a questionar velhas práticas mais tradicionais e apontam para uma redefinição da cidadania no aspecto da relação público privado (GOHN, 2005a, p. 59).

Referências

- BITAR, Sandra. FERREIRA, Maria Paula. MARQUES, Eduardo. TORRES, Haroldo Gama. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo**. Estudos Avançados 17 (47) 2003.
- Diagnóstico Sócio Econômico de Blumenau. 2006. **Instituto de Pesquisas Sociais – IPS, FURB**. 2006.
- BRASIL, ESTATUTO DAS CIDADES, 2001.
- FRIEDMANN, John. **Empowerment – uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras: Edições Celta, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Educação não-formal e cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.
- IBGE. **Dados Socioeconômicos**. Cidade de Blumenau, 2005.
- MOURA, Reidy R. de. **Cultura Democrática, Sociedade Civil e Orçamento Participativo: Desdobramentos no Município de Blumenau**. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais e Democracia no Brasil, 2007, Florianópolis. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais e Democracia no Brasil, 2007.
- FURB – Universidade Regional de Blumenau. **Instituto de Pesquisas Sociais**. Núcleo De Pesquisa em Desenvolvimento Regional (NPDR-FURB), 2006.
- PIMENTA, M. de C. A. **Cultura Teuto-Brasileira e a Cidade Industrial de Blumenau em Santa Catarina**. IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Sessão temática 2: cultura e cidades: influência europeia, indígena e africana. Mimeo.
- SABATINI, Francisco. **Transformação Urbana e Dialética entre Integração e Exclusão Social: Reflexões sobre as Cidades Latino-Americanas e o Caso de Santiago do Chile**. In: Geografia da Exclusão Social. Maria Coleta Oliveira (org.). Ed. da Unicamp. Campinas, 2001.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Ed. Record. Rio de Janeiro, 2002.

SAWAIA, Bader B. **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Vozes, Petrópolis, 1999.

SIEBERT, C. Blumenau Fim de Século: o (des)controle urbanístico e a exclusão sócio espacial. **Novos Olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente**. Organizadores: THEIS, I.; TOMIO, F.; MATTEDI. Blumenau: Edifurb, 2000.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1990.

SPOSATI, Aldaíza. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. Ed. Cortez. São Paulo, 1988.